

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A contribuição dos imigrantes italianos na expansão da escola pública paranaense

Elaine Cátia Falcade Maschio*

Resumo: O presente trabalho analisa as iniciativas empreendidas por imigrantes italianos em prol à expansão da escola pública paranaense no final do século XIX. Procura compreender o processo de abertura de escolas públicas nas primeiras colônias italianas do estado, buscando identificar os sujeitos que fizeram parte daquele processo e reconhecer os anseios daqueles pela escolarização na língua nacional. Para este estudo, foram privilegiadas fontes documentais como: ofícios, requerimentos, legislação, relatórios e regulamentos de ensino. As reivindicações empregadas pelos primeiros imigrantes italianos que se estabeleceram no estado para assegurar a educação de seus filhos em idioma nacional, contribuíram significativamente para a expansão e constituição do sistema de ensino público paranaense.

Palavras-chave: Imigrantes Italianos; Expansão; Escola Pública.

Abstract: The present paper analyzes the initiatives undertaken by italian immigrants in favor of the expansion of the public school in the state of Paraná in the end of the XIX century. It tries to understand the process of opening of public schools in the first italian colonies of the stat, trying identify the subjects that were part of that process and to recognize the wishe of them foruse of portuguese at schools. For this study, documental sources were privileged such os: forms, official correspondences, legislation, reports and teaching regulations. The revindications used by the first italian immigrants that settled down in the state to assure their children's education in portuguese, contributed significantly to the expansion and constitution of the educational public system in Paraná.

Keywords: *Italian Immigrants; Expansion; Public School.*

A inserção de imigrantes italianos no Paraná ocorreu a partir do ano de 1872. Um contrato firmado entre o Presidente da Província, Venâncio José Lisboa, e o empresário Sabino Tripoti, no ano de 1871, mobilizou a entrada de um número significativo de imigrantes italianos que inicialmente foram instalados na Colônia Alexandra, localizada no litoral do estado, especificamente em Morretes.

* Mestre em Educação, Faculdade Internacional de Curitiba.

No entanto, problemas como: superlotação, clima quente, insetos, doenças, falta de alimentação, entre outros; tornaram precárias as condições de sobrevivência daqueles imigrantes colocando em evidência o estado lastimável da colônia.

Neste ínterim, o então Presidente da Província Adolfo Lamenha Lins rescindiu o contrato com o empresário Tripoti e promoveu diretamente a imigração e a reemigração daqueles colonos. No ano 1877, criou a Colônia Nova Itália em Paranaguá, a fim de remover os imigrantes que não desejassem mais permanecer na Colônia Alexandra e, também, instalar outros novos imigrantes italianos que continuavam a chegar. De acordo com (AZZI, 1987:213), em 1877, desembarcaram no Porto de Paranaguá cerca de 2.000 colonos italianos, estimulados pelo sacerdote italiano Ângelo Cavalli.

Embora permanecendo por pouco tempo em funcionamento, as colônias supracitadas desenvolveram-se socialmente com: comércios, igrejas, cemitérios, atendimento médico, e principalmente, escolas. No entanto, foram afetadas por problemas que descaracterizaram imediatamente sua função. Inúmeras reclamações chegavam a Curitiba das colônias Alexandra e Nova Itália. Insatisfeitos, os imigrantes ali instalados desejavam a transferência para o planalto curitibano, uma vez que julgavam terem sido enganados pelas falsas promessas de prosperidade citadas nos contratos assinados na Itália.

Alguns imigrantes dirigiram-se à Curitiba e assim instalaram-se no centro urbano da capital ou em colônias já existentes que abrigavam imigrantes de outras etnias, como as colônias Abranches, Argelina, Órleans; outros avançaram ainda mais, e fixaram-se na região dos Campos Gerais (Ponta Grossa). Entretanto, a grande maioria instalou-se em novas colônias governamentais localizadas nos arredores de Curitiba. Essas colônias foram formadas através da compra de terras pelo então Presidente Provincial Rodrigo Octávio de Oliveira Menezes, tais como as colônias: Antonio Rebouças, Santa Maria do Novo Tyrol, Dantas (Água Verde), Santa Felicidade e Alfredo Chaves.¹

Segundo (VECHIA, 1998:120) havia dois perfis de imigrantes, aqueles que se estabeleceram no centro urbano de Curitiba, principalmente na região do Largo São Francisco, Mercês, Pilarzinho e Bogorriho eram, na sua maioria, profissionais liberais que exerciam profissões diversas como comércio, carpintaria, marcenaria entre outros; por outro lado, os que se fixaram nas colônias eram camponeses que dedicavam-se exclusivamente à agricultura.

¹ As colônias Dantas (Água Verde) e Santa Felicidade apesar de serem criadas no mesmo ano e cumprirem a mesma finalidade - a instalação dos colonos removidos das colônias do litoral - não foram formadas através da compra de terras pelo governo, mas através da compra particular de terrenos pelas próprias famílias imigrantes.

A organização social e cultural desses imigrantes foi marcada por ritmos distintos. O primeiro grupo estabeleceu vínculo com a sociedade curitibana já organizada, freqüentavam a igreja, usufruíam o comércio local e seus filhos freqüentavam as escolas públicas centrais da capital. Já o segundo grupo de imigrantes, os camponeses *contadini*, organizaram as colônias de modo semelhante às comunidades rurais de sua região de origem. Tinham que implantar através da reivindicação ao governo ou particularmente: assistência médica, religiosa e escolar. Condições sociais mínimas para iniciar a vida na nova pátria.

Na questão educacional, a principal diferença entre esses dois grupos foi a reivindicação pela escola. Enquanto os imigrantes que se estabeleceram no centro da capital enviavam seus filhos às escolas públicas curitibanas, que por serem centrais - sem levar em conta a precariedade que afetava o ensino da época em todo o estado - ofereciam uma regularidade maior, aqueles que estabeleceram nas colônias, regiões mais afastadas, tiveram que lidar com a falta de escolas.

Sendo assim, a constituição do processo escolar público nas colônias foi marcada pela reivindicação de escolas por parte dos imigrantes, as quais serviram também à população brasileira, uma vez que nas localidades onde foram abrigadas as colônias não existiam escolas apesar da presença de famílias brasileiras.

A situação do ensino público paranaense na segunda metade do século XIX era muito precária, aliás, a escola pública brasileira neste período era caracterizada por escolas isoladas. A precariedade do funcionamento desses estabelecimentos era complementada pela baixa freqüência dos alunos e a falta de profissionais de educação. No caso paranaense, o ensino no século XIX não era diferente. Caracterizava-se por poucas escolas, que funcionavam com precariedade material e de pessoal e com baixa freqüência escolar, tendo um número muito alto de crianças em idade escolar fora da escola. Havia em toda a província do Paraná, no ano de 1882, apenas 133 escolas públicas; dessas somente 91 funcionavam com uma média de 20 alunos. Havia cerca de 25.500 crianças que não freqüentavam a escola primária (RELATÓRIO, 1882:3).

A situação de precariedade do sistema escolar e de falta de escolas públicas no território paranaense refletia-se também nas colônias de imigrantes no século XIX. A falta de escolas era reclamada pela maioria dos colonos, os quais muitas vezes, diante da demora da assistência por parte do governo quanto à educação, incumbiam-se particularmente pelo ensino dos seus filhos. Em outros casos, principalmente na etnia italiana, os imigrantes pressionavam o governo para a abertura de escolas públicas nas colônias.

Convém lembrar que se nem mesmo a população paranaense tinha acesso a escolas públicas providas para seus filhos, quanto menos o imigrante, os quais os governantes, desde sua vinda, depositavam expectativas de mão de obra para trabalho e de crescimento econômico da Província com o intuito de não despender mais gastos públicos com essa população.

A precariedade da instrução pública na Província do Paraná, segundo (WACHOWICZ, 1984:42), devia-se à falta de interesse do governo pela disseminação da escola, alegando problemas financeiros, falta de professores habilitados e a baixa condição econômica da população paranaense, condicionando a uma fraca frequência de alunos nas escolas existentes.

Podemos observar essa situação em um relatório que descrevia a situação da imigração no Paraná destinado ao governo em 1891, cuja autoria não foi possível localizar, mas possivelmente tenha sido redigido pelo então chefe da imigração e colonização da época, a precariedade do ensino encontrada pelos imigrantes era semelhante nas demais escolas da Província paranaense.

Segundo o documento, o qual descrevia o processo imigratório tendo duas folhas dedicadas à informação sobre o ensino nas colônias de imigrantes, a escola teria sido o “benefício” que menos recebeu atenção do governo.

Tem sido completamente abandonado, esquecido, amesquinhado o ensino primário em escolas promiscuas. É igual a reclamação por parte dos immigrants por não terem nos núcleos, onde se acham estabelecidos, uma cara escola para os filhos seus, digamos de passagem, são sempre em grande número.[?] amargamente do governo e em sua rude linguagem dizem que o Estado quer que elles criem os filhos como “bestias”.

Merece ser este assumpto tomado em consideração: traduz elle uma providencia de grande alcance futuro para estas pequenas victimas do infortunio, afastados quase sempre dos centros populares e impossibilitados, por falta de dinheiro, de saírem do núcleo para procurar nas cidades e villas uma escola. Si o Estado não lh'os der, não serão esses menores outros tantos mendigos, [?] e criminosos em embrião, material disponível para importunar a caridade pública, povoar as [?] das igrejas, atravancar as calçadas, apparecendo moléstias e vindo mais tarde encher o recinto das prisões?

Não é o Estado, indirectamente, responsável pela miséria e conseqüente desregrado proceder d'esse bando de analphabetos?

Onde o asylo em que os órfãos, filhos de indigentes brasileiros ou estrangeiros, se abrigem, como um redento, dos perigos da [?] e encontrem uma salutar escola, além da instrucção intellectual, religiosa, civil, os incentivos do trabalho que há de oferecer como honesto meio de vida e instrumento de bem estar social? (OFÍCIO, 1890:109-111).

Ao descrever a precariedade do ensino nas colônias, o autor do documento ressalta a semelhança desta situação em escolas promiscuas em toda a Província. É possível observar,

na citação acima, que havia a preocupação, por parte do relator, com as conseqüências que a precariedade do ensino poderia causar às futuras gerações. O documento alertava que a escola deveria ser um lugar civilizador, onde, muito mais que instruir, caberia formar moralmente a criança, moldar costumes, evitando a desordem social.

Este pensamento, ao que parece, era o mesmo entre os imigrantes, que reclamavam e criticavam a falta de assistência escolar por parte do governo. Alegavam que o governo queria que seus filhos fossem criados como *bestias*, (dialeto italiano) o que quer dizer bestas, ou ainda, ignorantes.

Qual a importância então atribuída à educação escolar pelos imigrantes a qual justificaria seus esforços e iniciativas para implantação do ensino institucionalizado?

Embora sendo colonos lavradores, a preocupação em relação ao ensino esteve presente entre os imigrantes desde os primeiros pedidos feitos durante a sua instalação nas colônias.

A escola caracteriza-se como uma instituição civilizadora e humanizadora. A falta dela geraria o risco da desumanização, da permanência na condição de ignorante. O papel atribuído à escola seria o de moralizar costumes, conformar dos corpos e transmitir o conhecimento.

Considerando que a escola tinha um papel fundamental para esses imigrantes, podemos inferir que eram alfabetizados e cômicos da importância da escola, porque provinham de regiões de forte tradição escolar (KREUTZ, 2000:348). Assim, a escola era representada como uma instituição que deveria ser preservada para a manutenção da cultura letrada.

Os indícios para a sustentação dessa hipótese podem ser encontrados em alguns aspectos relacionados ao grupo, como a procedência desses imigrantes da região do Vêneto, localizada ao norte da Itália. De acordo com (LUCA, 1909 apud HUTTER, 1972:149-150), grande parte dos imigrantes italianos que vieram para o Brasil, particularmente para o Paraná, provinham daquelas regiões italianas que, embora fossem eminentemente agrícolas, contavam com baixos índices de analfabetismo em relação às regiões da Itália meridional. Segundo o autor, enquanto os italianos emigrados das províncias centrais e meridionais apresentavam índices de analfabetismo em torno de 46,65%, os italianos emigrados das províncias setentrionais apresentavam porcentagem inferior, em torno de 11,00%.

Considerando que parte desses imigrantes emigrados para o Sul do país e, especificamente para as Colônias analisadas, eram alfabetizados e provenientes de uma cultura letrada, o interesse pela escola estava ligado à preocupação da transmissão e manutenção dessa cultura. (VECHIA, 1998: 209) e (WACHOWICZ, 1984:74) também

partem desse pressuposto quando afirmam que os imigrantes que provinham de regiões altamente escolarizadas tinham a preocupação, fortemente manifestada, de reivindicação por escola.

Além deste, outro aspecto deve ser considerado: a iniciativa de reivindicação pela escola pública. Segundo as considerações de (KREUTZ, 2000:348), a preocupação de manter escolas étnicas não era tão latente na etnia italiana como entre alemães e poloneses, entre outros. Este autor afirma ainda que:

Entre as quatro etnias de imigrantes [alemães, italianos, poloneses e japoneses] com maior número de escolas étnicas, os italianos foram os que menos vincularam a escola com suas respectivas organizações comunitária e cultural, sendo que a igreja tinha peso maior. Isso teria ajudado a que reivindicasse mais cedo o acesso à escola pública (KREUTZ, 2000:360).

Neste sentido, pode-se afirmar que o posicionamento da maioria dos imigrantes italianos que se estabeleceu em toda a região sul foi de pressionar o governo para a criação de escolas públicas.

Se as escolas particulares mantidas pelos imigrantes serviam para suprir a falta de escolas públicas nas colônias devido à própria precariedade que o ensino enfrentava naquele período, por que ainda estes imigrantes solicitavam uma escola pública e o ensino no idioma nacional. Para os imigrantes tornava-se difícil manter as escolas particulares por muito tempo, devido aos gastos que eles deveriam despender na sua manutenção. Desse modo, exigiam do governo a criação de escolas públicas.

Além disso, a escola pública, em que seus filhos aprenderiam o idioma português, era um elemento fundamental para a integração com a população brasileira. Através dela, adquiririam o conhecimento da língua portuguesa, que facilitaria a comunicação e a comercialização de seus produtos, sem correrem o risco de serem enganados. Com o conhecimento da língua, além de conquistar uma estabilidade econômica com os negócios, poderiam também exercer cargos públicos junto àquela sociedade. Poderiam eles *far la mérica* (fazer a América), ditado que circulava entre os imigrantes italianos.

É importante lembrar, que o principal fator que levou os italianos a deixarem o país e avançar o além-mar em busca de melhores condições de sobrevivência foi a crise econômica estabelecida na Itália no final do século XIX. A condição de degradação das formas de sobrevivência do camponês italiano vêneto gerou um sentimento de ódio pela pátria, que para eles, os havia abandonado. Tentar uma nova vida adaptando-se a nova pátria poderia

configurar uma possível explicação para os anseios quanto ao interesse pela escola em idioma nacional.

Nesse contexto, o processo de escolarização nas primeiras colônias de imigrantes italianos no Paraná, teve sua constituição a partir de escolas públicas. De modo particular, pode-se considerar que a presença da imigração italiana, além de contribuir econômica, social e religiosamente, contribuiu também para viabilizar a implantação e a expansão da institucionalização do ensino primário no estado.

1. Aspectos da criação das primeiras escolas públicas nas colônias.

A Colônia Novo Tyrol foi a primeira a contar com a criação de uma escola pública. Um abaixo assinado enviado pelos imigrantes viabilizou a abertura de uma escola pública na colônia para atender tanto os filhos dos colonos como os filhos de brasileiros. A primeira escola pública foi criada no dia 21 de fevereiro de 1879 e teve como professor o italiano Giovanni Batista Marcone.

O professor Marcone dominava a leitura e escrita da língua portuguesa, criando até mesmo um método de ensino próprio. Afirmava que com seu método os alunos conseguiriam aprender o português em apenas três meses. Neste sentido, freqüentavam a escola alunos italianos e inclusive brasileiros (CÓDICE, 1879:67).

Os imigrantes da Colônia Alfredo Chaves reivindicaram a escola de modo semelhante. Enviaram ao então Presidente da Província, Dr. Carlos Augusto de Carvalho, um abaixo assinado, datado de 11 de julho de 1882, contendo 67 assinaturas, dentre as quais as de alguns brasileiros, reclamando a falta de aulas públicas na colônia e alegando seu esquecimento pelo governo. Solicitavam a criação de uma escola pública, informando haver na colônia um número muito alto de crianças - cerca de 140, de ambos os sexos, menores de 14 anos de idade - e, ainda, muitos filhos de brasileiros que necessitavam receber educação (REQUERIMENTO, 1882:58-59).

A primeira escola pública teve como professor o brasileiro Antonio José de Souza Guimarães, que havia cursado a Escola Normal da Capital.

O mesmo ocorreu na Colônia Antonio Rebouças, um abaixo assinado enviado pelos colonos no dia 19 de fevereiro de 1880 viabilizou a abertura da primeira escola pública na colônia.

Na Colônia Santa Felicidade e Colônia Dantas (Água Verde), a escola funcionou nos primeiros anos a pós a fundação das colônias em caráter particular com professores designados pela própria comunidade. Somente nos anos de 1884 e 1885 as escolas colônias

passaram a ser públicas e contarem com a subvenção do governo. A primeira escola da Colônia de Santa Felicidade teve como professor Girolamo Giaretta e a da Colônia Dantas a professora Giacomina Stofella, ambos italianos.

Diante deste cenário, podemos inferir que o movimento exercido pelos imigrantes para pressionar o governo na criação de escolas públicas contribuiu também, significativamente, para a expansão do ensino primário em todo o Paraná. Pois, segundo (SOUZA, 2000:61), apenas os Estados que adotaram o imigantismo sofreram um processo de expansão da escolarização primária.

Nas colônias onde se estabeleceram imigrantes, o número de escolas em funcionamento era superior ao de outras localidades, por contarem com escolas particulares e públicas. As iniciativas dos imigrantes, abrindo ou reivindicando escolas, foram fundamentais na disseminação do ensino no território paranaense, principalmente para a expansão da escola pública.

Referências Bibliográficas:

- AZZI, Riolando. **A igreja e os migrantes**. São Paulo: Paulinas, v.I, 1987.
- DEAP. Correspondência do Governo, Códice, fl.67,1879.
- DEAP, Correspondência do Governo, Requerimentos, AP. 677, fls. 58 e 59, 1882.
- DEAP, Correspondência do Governo, Ofícios, AP. 886, fls. 109 e 110, 1890.
- DEAP. Relatórios da Instrução Pública do Paraná, 1882 a 1890.
- LUCA, Paolo Emílio de. *Della emigrazione europea ed in particolare de quella italiana, parte prima*. Torino, 1909. In: HUTTER, Luci Maffei. **Imigração italiana em São Paulo (1880 – 1889)**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1972. Pp.149 – 150.
- SOUZA, Maria Cecília C. de. **Escola e memória**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.
- KREUTZ, Lucio. *Educação de Imigrantes no Brasil*. In: **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica, 2000. Pp. 347-370.
- VECHIA, Ariclê. **Imigração e Educação em Curitiba (1853-1889)**. Tese de doutoramento em História. São Paulo: USP, 1998.
- WACHOWICZ, Lílian Anna. **A relação Professor-Estado no Paraná Tradicional**. Curitiba: Cortez, 1984.